



LEI Nº1.929 DE 21 DE JANEIRO DE 2013.

“DISPÕE SOBRE CONTRATAÇÃO POR TEMPO DETERMINADO PARA O ATENDIMENTO DE NECESSIDADE TEMPORÁRIA DE EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO”.

O PREFEITO MUNICIPAL DE CACHOEIRAS DE MACACU, Estado do Rio de Janeiro, no uso de suas atribuições legais, que lhe confere a Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara **APROVOU e EU SANCIONO** a seguinte Lei:

CONSIDERANDO, que a Constituição Federal dispõe sobre a contratação por tempo determinado para atender à necessidade temporária de excepcional interesse público, nos termos do inciso IX do art. 37 da Constituição Federal;

CONSIDERANDO que a investidura do servidor no cargo ocorre com a posse, dependendo de CONCURSO PÚBLICO, tal como prevê o art. 37, inciso II, da Constituição Federal, bem como o art. 5º do mesmo diploma (Princípio da ISONOMIA), eis que o Poder Constituinte do Estado é derivado, logo, deverão os Estados, Municípios e Territórios observarem as normas expressas ou projetadas, e extensíveis;

CONSIDERANDO, que empregos são núcleos de encargo de trabalho a serem preenchidos por agentes contratados para desempenhá-los sob uma relação trabalhista(celetista);

CONSIDERANDO, que função é a atribuição que a administração confere a cada categoria profissional, ou concede individualmente a determinados servidores para a execução de serviços eventuais ou temporários;

CONSIDERANDO, ser necessária a contratação para de pessoal de apoio à Secretaria de Obras e Urbanismo do Município de Cachoeiras de Macacu, para manter, desenvolver e aprimorar os serviços;

CONSIDERANDO, tudo mais especificado

Art. 1º - Para atender as necessidades temporárias de excepcional interesse público, poderá ser efetuado contratação de Engenheiro, Arquiteto, Técnico em Edificação, cadista, Operador de Máquinas e motorista, para atuarem na Secretaria Municipal de Obras e Urbanismo,



Administração Direta, sem concurso (art. 37, IX, da Constituição Federal).

PARÁGRAFO ÚNICO – Entendem-se como temporários e excepcionais, as situações cuja ocorrência possa gerar prejuízo a pessoas, bens e serviços, em qualquer área.

Art. 2º - A contratação de que trata esta Lei, reger-se-a pelas normas do Contrato Administrativo, exceto quanto ao prazo, que não excederá de 12 meses, admitida, em caráter de extrema necessidade, uma única prorrogação de até 12 meses.

Art. 3º - As contratações de que trata esta Lei só poderão ser efetivadas após autorização expressa do Prefeito, em processo administrativo específico, o qual conterá a justificativa acerca da ocorrência das situações que as autorizam.

Art. 4º - Os contratos celebrados serão rescindidos automaticamente quando findos os prazos neles estipulados, vedando-se a nomeação ou designação, para cargo em comissão ou função gratificada, tal como prevê a Lei Federal n.º 8745/93, bem como em caso de realização de Concurso Público, não será computado, como título ou ponto para classificação, o tempo de serviço sob a forma de contrato nos termos desta Lei.

Art. 5º - O candidato à contratação deverá preencher os seguintes requisitos mínimos:

I -Gozar de Direitos Políticos;

II -Estar quite com as obrigações eleitorais;

III -Estar quite com as obrigações do Serviço Militar, para os candidatos do sexo masculino;

IV -Ter no mínimo , 18(dezoito) anos completos na data da posse;

V - Gozar de boa saúde física e mental;

VI - Não ser portador de deficiência incompatível com o exercício das funções;

VII - Possuir escolaridade ou habilitação profissional específica para o exercício das funções, conforme o caso, devendo ser comprovados os requisitos mencionados nos incisos VI e VII deste Artigo, mediante Atestado Médico, na forma do regulamento.

Art. 6º - Sempre que as funções a serem exercidas correspondem às de um cargo existente na estrutura da Administração, ter-se-á como referência para a remuneração do contrato os vencimentos do cargo correlato, na classe inicial, quando se tratar de carreira, excluídas as vantagens.



Art.7º-O pedido de autorização para contratação será dirigido ao Prefeito, cujo contrato será celebrado mediante termo aprovado em regulamento e publicado por extrato, com o nome e qualificação do contratado, no prazo de 15 dias.

Art.8º-As contratações obedecerão aos quantitativos máximos estabelecidos no anexo I da presente Lei.

Art.9º-Aos contratos objeto da presente Lei são assegurados os seguintes direitos:

- I. Licença Maternidade;
- II. Licença Paternidade;

Art.10- Fica o Poder Executivo autorizado a abrir os créditos orçamentários necessários à execução do disposto nesta Lei, para cobertura das despesas realizadas.

Art. 11 - As nomeações e contratações deverão observar o disposto na Lei Complementar nº101/00, especialmente em seu artigo 21, parágrafo único, que trata da responsabilidade fiscal.

Art. 12- Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13- Revogam-se as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, 21 DE JANEIRO DE 2013.

WALDECY FRAGA MACHADO
Prefeito Municipal



ANEXO DA LEI Nº1.929 DE 21 DE JANEIRO DE 2013.

ANEXO

| FUNÇÃO | QUANTIDADE | SALÁRIO |
|----------------------|-------------------|----------------|
| ENGENHEIRO SENIOR | 08 | R\$4.500,00 |
| ARQUITETO | 04 | R\$4.500,00 |
| ENGENHEIRO JUNIOR | 02 | R\$3.500,00 |
| TÉCNICO EDIFICAÇÃO | 04 | R\$1.350,00 |
| CADISTA | 04 | R\$1.350,00 |
| OPERADOR DE MÁQUINAS | 14 | R\$1.400,00 |
| MOTORISTA | 12 | R\$900,00 |
| VIGIA | 04 | R\$678,00 |